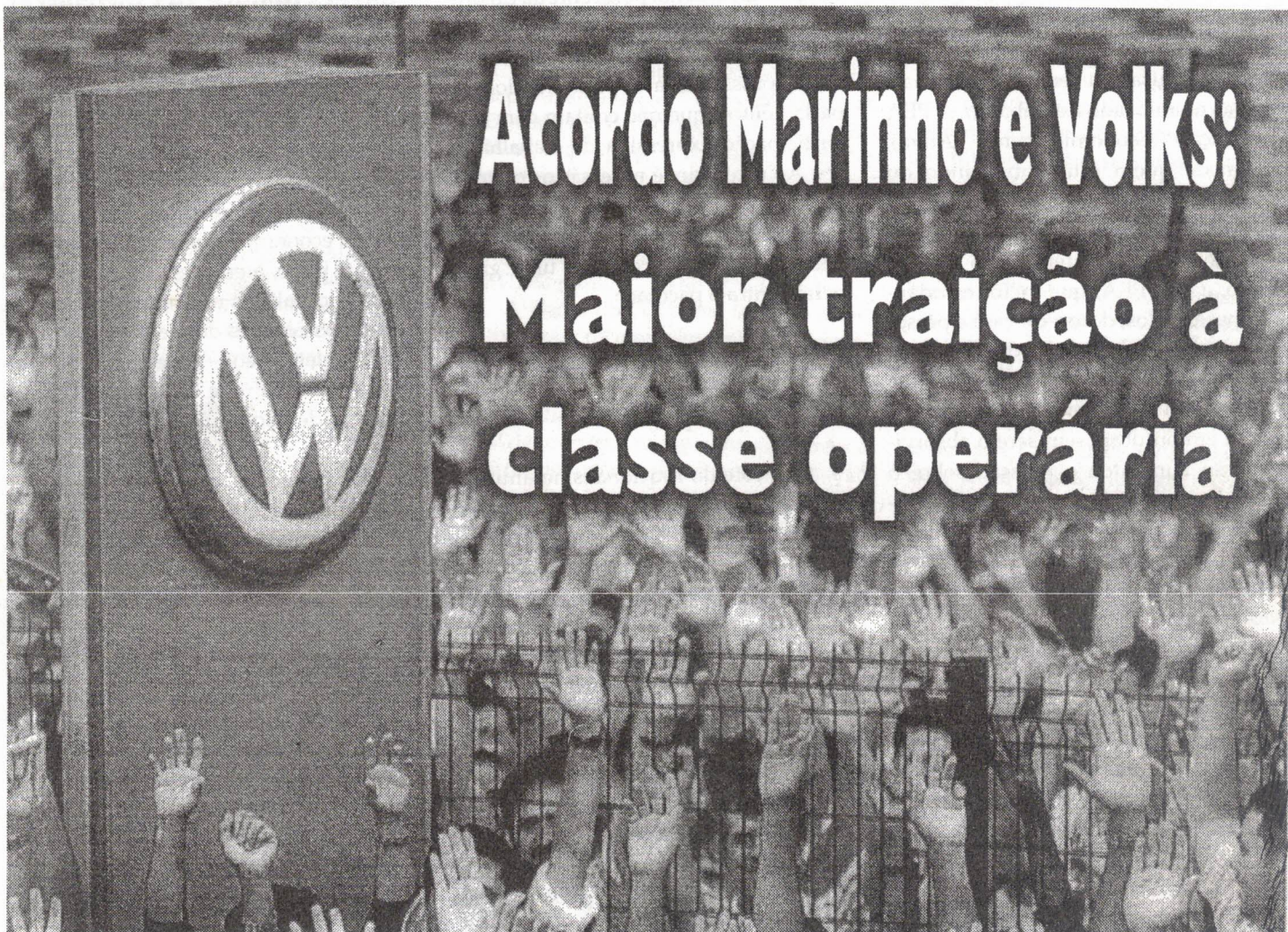




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 228 - DE 26 DE NOVEMBRO A 10 DE DEZEMBRO DE 2001 - R\$ 1,00



## Acordo Marinho e Volks: Maior traição à classe operária

**Fora a guerra imperialista**

**Barrar o genocídio contra o povo afegão**

**Derrotar a ofensiva imperialista**

**dos Estados Unidos e seus aliados**

**Construir a Frente Única Antiimperialista**

# Quinzena do Movimento Operário

## Abaixo os principais acontecimentos

### Renda do trabalhador registra queda

Houve uma queda no rendimento médio do trabalhador de 5,3% em setembro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), o aumento do desemprego ocorreu por causa da entrada de mais pessoas no mercado de trabalho. A PEA (População Economicamente Ativa), que mede quem está trabalhando ou procurando emprego, cresceu 0,5% em outubro, (ou 83,6 mil pessoas) na comparação com o mês anterior. Ao mesmo tempo, a não-PEA, que inclui estudantes, aposentados, donas-de-casa e pessoas que por desestímulo deixaram de procurar trabalho. Ou seja pessoas que estavam fora do mercado de trabalho entraram em outubro, sem serem absorvidas. Isso aumentou a pressão sobre o mercado, o medo de que o chefe da família possa ser demitido explica a entrada de mais pessoas no mercado de trabalho. A queda do rendimento também explica o aumento da PEA.

Na tentativa de compensar a diminuição dos ganhos, membros da família que antes não trabalhavam passaram a procurar trabalho, o que também pressionou o desemprego. A renda do trabalhador está diminuindo desde janeiro deste ano. Ou seja enquanto a pelegada, o governo e o parlamento se colocam em infinitas conversações, os trabalhadores são pegos pelas demissões massivas e a falta de emprego.

### O Projeto da CLT e a CUT-SP

O Projeto 5.483, que muda o artigo 618 da CLT, será votado diretamente no plenário da Câmara dos Deputados. A oposição tentou apenas retirar o pedido de urgência para ter mais tempo para negociar as perdas dos assalariados. Segundo o bloco de "oposição", o governo foi intransigente ao não retirar o pedido de urgência. Pelo projeto, acordos negociados diretamente prevalecerão sobre a lei — desde que não alterem normas constitucionais e de segurança no trabalho. Na realidade, o governo acabará por

suprimir todo mecanismo de proteção dos assalariados.

Este foi um dos principais temas da 10ª Plenária Estadual da CUT, que reuniu 251 delegados em São Paulo. A direção pelega da CUT diz que vai organizar campanha nacional pela retirada do projeto da pauta da Câmara dos Deputados, mas pelo que podemos perceber até agora não passam de atos para pressionar o parlamento e que não contam com uma participação expressiva de trabalhadores. Ao contrário, é necessário convocar assembleias em todos os sindicatos, denunciar o parlamento e sair aos milhares pelas ruas. Cabe organizar uma greve geral contra o pacote.

### Pacote do Governo revolta e provoca indignação em servidores

O pacote do funcionalismo anunciado pelo Governo Federal revoltou os servidores públicos. A categoria, que reúne 1,9 milhão de trabalhadores no País (incluindo ativos, aposentados e pensionistas) ficou indignada com as medidas.

No pacote do governo constam uma medida provisória, um decreto e dois projetos de lei. A primeira trata da possibilidade de contratação de temporários para substituir servidores em greve e suprir serviços básicos. Essa contratação, segundo o governo, só seria feita a partir do 10º dia de greve quando houver comprometimento no serviço prestado. Pela medida, os contratos terão duração de três meses, podendo ser prorrogáveis por igual período.

No decreto, o presidente Fernando Henrique Cardoso centraliza a responsabilidade pela liberação ou não de recursos para pagamento de servidores federais.

Já os projetos de lei, que ainda serão submetidos à apreciação do Congresso Nacional, tratam da regulamentação do direito de greve dos servidores públicos e da alteração das regras que podem levar o funcionário a responder por processo administrativo. Os projetos, que serão encaminhados para o Congresso com pedido de urgência, determinam que a greve de servidores poderá ser

considerada abusiva, podendo acarretar sanções ao funcionário grevista.

Ou seja o tão "democrático" governo de FHC, mostra-se tão gorila quanto a ditadura militar.

### Gazeta demite 143 jornalistas de SP

A Gazeta Mercantil demitiu dia 18, 143 jornalistas de sua redação na Capital. As demissões foram comunicadas por telegrama aos jornalistas. A direção do jornal, alega reestruturação e o saneamento econômico-financeiro da empresa. Até julho, a empresa tinha em torno de 200 jornalistas na área impressa, sem contar as equipes dos serviços de informação eletrônicos - Investnews e Panorama Setorial - e das sucursais do Interior de São Paulo e de outros Estados.

As dispensas atingiram a maioria dos funcionários que estão em greve desde segunda-feira em protesto contra o atraso no pagamento de salários. Os trabalhadores, que chegaram a ficar 20 dias parados, retornaram ao trabalho no dia 9 deste mês depois que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou a paralisação não-abusiva e concedeu estabilidade de 60 dias. A empresa recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) da decisão do TRT, o que provocou uma nova paralisação. Na segunda-feira, os jornalistas realizam assembleia para tirar uma posição em relação às demissões.

### Sindipeças espera fechar acordo com metalúrgico da CUT

Dia 20 representantes dos trabalhadores e do Grupo 3 (autopeças, forjaria e parafusos) tiveram nova reunião. O impasse continua na cláusula de garantia de emprego a acidentados.

Em relação à cláusula dos acidentados, a federação cutista quer garantia de emprego até a aposentadoria, enquanto o Sindipeças quer fixar no acordo um período definido, que poderia ser ampliado. O setor emprega 100 mil trabalhadores, segundo a federação.

Com o Grupo 10 (lâmpadas e estamperia, entre outros setores), as conversas continuam emperradas. A federação cutista, que representa 11 sindicatos, já fechou acordo com as montadoras, com o Grupo 9 (máquinas, eletroeletrônicos e fundição) e com o setor de fundição. Em todos, o reajuste foi de 8,16%, com renovação das cláusulas sociais até 2003. Esse setores também se comprometeram a antecipar a data-base para setembro, daqui a dois anos, desde que a mudança seja acompanhada por toda a cadeia produtiva.

É preciso lembrar que as empresas do Grupo 3, formam um setor de alto risco de acidentes de trabalho e a negação desta em garantir uma melhor assistência aos acidentados (que não é muita coisa mesmo), mostra como a burguesia está mais interessada em garantir seus lucros do que pensar na vida dos operários.

### **LG Philips vai dar férias coletivas em São José dos Campos**

A LG Philips vai dar férias coletivas, pela terceira vez neste ano, na fábrica de São José dos Campos, que tem 1.900 funcionários. O anúncio foi feito ontem ao Sindicato dos Metalúrgicos. O período varia conforme o setor: 4 de dezembro a 2 de janeiro (cores), 18 de dezembro a 1º de janeiro (cores, linha II) e 3 de dezembro a 1º de janeiro (bobinas defletoras). É preciso preparar a luta contra as demissões.

### **Acordo com governo pode encerrar a greve no INSS**

Para tentar pôr fim à greve de 105 dias dos servidores, o INSS ofereceu reajuste de 11,05% aos aproximadamente 71 mil funcionários (39 mil na ativa e 32 mil aposentados). Nesse índice, estão embutidos os 3,17% ganhos na Justiça e os 3,5% oferecidos anteriormente pelo governo. A proposta de acordo, que será submetida a assembleias, foi negociada entre o comando de greve dos servidores e o secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, José Cechin.

Também ficou acertado que 30% da gratificação será fixa e 70% variável, por desempenho. O governo vai manter o pagamento dos 47,11% do Plano de Car-

gos, Carreiras e Salários (PCCS) para 30% da categoria. Ainda nesta semana, deverá ser encaminhado projeto de lei ao Congresso prevendo criação de novas carreiras.— as mudanças serão discutidas por uma comissão formada por trabalhadores e governo. Vemos que se trata de uma migalha. O movimento grevista terá de radicalizar e se unir para derrubar a política de fome e miséria do governo.

### **Embraer vai cortar funcionários terceirizados**

A direção da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) implementou medidas de redução de custos, que incluem desde a suspensão de horas-extras e contratações até o corte de 50% dos valores investidos em treinamento e 30% dos funcionários terceirizados.

A Embraer, já havia demitido 1.800 funcionários em setembro, ainda pretende rescindir contratos de aluguel de prédios e até restringir o acesso à internet.

“Os funcionários estão apreensivos. Para completar o clima de terror, os operários foram orientados a não gastar o 13º salário”. É preciso reverter os cortes e colocar a bandeira de recuperação da estatal sob controle operário da produção.

### **CUT prepara mobilização contra reforma da CLT**

A CUT está preparando uma mobilização para convencer os deputados federais a votar contra o projeto de lei que altera a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Sindicalistas ligados à central vão passar o final de semana visitando os parlamentares em seus Estados para mostrar os pontos desfavoráveis do projeto. Para a próxima semana, será montado um esforço extra nos aeroportos das principais capitais do país. O projeto de lei que altera a CLT deve voltar à pauta de votação do Congresso na terça-feira. A votação \_que deveria ter acontecido na quarta-feira\_ saiu de pauta depois de um pedido de adiamento protocolado pelo PMDB. Representantes da CUT, CGT e OAB estiveram reunidos com o presidente nacional do PMDB, deputado Michel Temer, para garantir que o partido votará contra a proposta.

A assessoria de Temer informou que o PMDB se posicionará contra a alteração da CLT, caso não seja retirado o caráter de urgência da votação. O partido entende que a mudança precisa ser melhor discutida pela sociedade.

Do lado contrário, a Força Sindical acredita que o projeto pode ser aprovado agora. Essa posição da CUT é distracionista. Todos sabiam que o projeto Dornelles estava em tramitação faz tempo e a CUT não organizou o movimento de massa. Seus protestos são “para inglês ver”.

### **Sem acordo, empregados da Scania ameaçam greve**

Os trabalhadores da Scania ameaçam entrar em greve se a companhia efetuar demissões. Em assembleia, eles decidiram entrar em “estado de alerta” após o impasse nas negociações com a empresa, que propõe corte de jornada de trabalho e de salários como forma de poupar a demissão de 400 dos 2.300 empregados.

A Scania, que alega redução da demanda por caminhões e ônibus para reduzir jornada e salários, decidiu continuar a negociação com o sindicato.

O sindicato propôs a flexibilização apenas da jornada de trabalho, com semana de quatro dias, para que a montadora localizada em São Bernardo do Campo (SP) possa se adequar à crise atual.”

Já a companhia defende a redução também dos salários.

“Com a flexibilização, podemos adequar os custos à produção”, informou o assessor da Scania, acrescentando que a redução da produção é da ordem de 20% —mas ele não quis vincular esse índice ao corte de salários. “O patamar seria discutido com o sindicato.”

O assessor afirmou que as vendas da Scania vêm sendo atingidas pela retração tanto no Brasil quanto em seus mercados de exportação, principalmente Argentina e Europa.

A proposta da Scania segue o acordo acertado entre a Volkswagen e seus empregados, que reduziu jornada de trabalho e salários em 15%. A Volkswagen detém 34% do capital votante e 18,7% do capital total da Scania. A traição de Marinho vai longe. Os trabalhadores devem rejeitar essa imposição da montadora.

## **Grevistas do INSS de Fortaleza bloqueiam avenida**

Os funcionários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no dia 14, fecharam a Rua Pedro Pereira, exatamente na esquina com a Rua Barão do Rio Branco. Eles protestavam contra a retenção dos salários de 550 servidores do INSS da gerência de Fortaleza. Através da manifestação, os trabalhadores tentaram mostrar o “descaso” com que os servidores estão sendo tratados pelo Governo Federal. O sindicalista disse também que “essa foi uma forma de protestar contra o projeto de lei que o governo preparou para demitir os servidores em greve”.

## **Professores da UERN aguardam resposta do Estado**

A diretoria da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (ADUERN) discutiu sobre a demora do governo do Estado em dar uma resposta sobre o reajuste salarial da categoria. No ano passado, a defasagem salarial era superior a 45%. No dia 20, por exemplo, os professores que já haviam conseguido uma gratificação de 15% (Gratificação de Valorização Universitária) - resultado de pressão feita por meio de greve - acataram uma contraproposta apresentada pela Reitoria.

## **Professores Municipais de Fortaleza em greve**

Os professores do município, em greve há 26 dias, realizaram dia 20 uma assembléia na Praça da Gentilândia. Eles decidiram pela continuidade do movi-

mento grevista, que conta com a adesão de cerca de 60% da categoria.

Agora, os grevistas querem a intermediação do titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Adelmo Martins, para avançar nas negociações.

Conforme a diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação no Ceará (Sindiute), Claudia Leite, o reajuste de 16% pleiteado pela categoria está descartado, porém a Prefeitura estuda um abono ou o pagamento integral do 13º salário.

Ela considera uma vitória o fato de o novo Estatuto do Magistério não ser votado pela Câmara Municipal enquanto não houver acordo entre professores e a Prefeitura. O fato de recorrer à intermediação da SMDS mostra bem o papel das direções sindicais que não se apóiam na força dos trabalhadores.

## **A flexibilização trabalhista é um brutal ataque ao salário, emprego e direitos trabalhistas**

# **Ofensiva capitalista contra os explorados**

Temos os seguintes fatos: 1) Pacote da Volkswagen; 2) Projeto de revogação da CLT; 3) Medida Provisória contra as greves do funcionalismo (Lei antigreve).

Praticamente no mesmo espaço de tempo, os capitalistas e seu Estado puseram em marcha um dos ataques mais ferozes à classe operária e aos trabalhadores vinculados aos funcionalismo. As três medidas acima citadas voltam-se contra o emprego, os salários, as conquistas trabalhistas e ao direito de greve. Correspondem à necessidade dos capitalistas preservarem seus lucros às custas de maior taxa de exploração e de aumento do flagelo do desemprego.

Somente na aparência os três fatos estão isolados. Na essência, são uma e só artilharia contra os explorados.

A Volkswagen impôs medidas de redução salarial e demissão, que de início expropriam 15% dos ganhos, cortam 700 empregos e que progressivamente irão rebaixando ainda mais os salários e demitindo os denominados inaptos. O princípio trabalhista de que o patronato não pode rebaixar salários está simplesmente eliminado. A tendência é generalizar tais medidas. O golpe da multinacional alemã consagra a liberda-

de total dos capitalistas de eliminar velhas e elementares conquistas da classe operária, impondo um dos maiores retrocessos aos direitos trabalhistas.

O pacote de revogação da CLT consagra a total “flexibilização do trabalho”, ou seja, total liberdade para os capitalistas demitirem, cortarem salários, mutilarem direitos constitucionais, como 13 salário, férias, licença maternidade etc. A raquítica legislação trabalhista que impunha algumas normas à exploração da força de trabalho, conquistada no passado com greves, levantes, enfrentamento da repressão, está sendo extirpada.

A MP contra a greve de quase 100 dias do INSS e das Universidades Federais indica a necessidade do Estado burguês assegurar a exploração e o empobrecimento progressivo da maioria com medidas totalitárias. A Lei antigreve já era um instrumento legal restritivo às greves, para o governo e a burguesia terem a liberdade de baixar medidas violentas contra os assalariados e descarregarem sobre a maioria a crise do capitalismo. Faltava completá-la contra o funcionalismo. Atende aos interesses dos credores internacionais e nacionais, que sugam o orçamento do

Estado com juros e amortizações da dívida externa e interna.

A contenção salarial do funcionalismo e destruição dos serviços públicos, como as Universidades gratuitas, é parte da investida global contra a população trabalhadora.

A premência da burguesia e seu governo atacarem tão profundamente os assalariados demonstra que o capitalismo está em desintegração em escala mundial. Ao contrário do movimento anterior de se fazer concessões reformistas, a burguesia volta atrás, arrancando à força medidas elementares que foram conquistadas a muito custo pelas gerações anteriores de assalariados.

A explicação de que as “novas tecnologias” implicam uma “reestruturação produtiva” e que esta exige “flexibilização do trabalho” não passa de uma máscara ideológica para acobertar o que de fato ocorre com o capitalismo em decomposição. A classe capitalista não consegue assegurar emprego e salário para um gigantesco contingente de trabalhadores. Enfrenta crise de superprodução, grandioso parasitismo financeiro, guerra comercial e esgotamento da capacidade de endividamento dos países semicoloniais.

Aguardava-se o momento em que os Estados Unidos não pudessem mais sustentar seu crescimento artificial à margem das demais potências estagnadas para se configurar a recessão mundial. Esta está se aproximando. O que significa que haverá quebraadeiras generalizadas, já pronunciadas em crises regionais (México(1994), Sudeste Asiático(97), Rússia (98), Brasil(99) e agora Argentina). A burguesia não tem outra alternati-

va senão demitir em massa e aumentar a taxa de exploração. Esse processo vem acompanhado pela fascitização dos governos, terrorismo patronal, pressões sobre o sindicalismo e traição da burocracia sindical.

A burguesia leva em conta que terá de entrar em luta de classe contra a maioria e prepara-se para isso, aproveitando-se da desorganização da classe operária, da crise de direção revolucio-

nária e da presença da burocracia corrompida.

É importante compreender a extensão do problema para se defender no interior do movimento social o programa de transição composto pela unidade das reivindicações elementares com as tarefas socialistas de expropriação do grande capital, socialização dos meios de produção e tomada do poder pela revolução e ditadura proletárias.

## Ofensiva de FHC contra as greves

# Abaixo a lei anti-greve do governo

Para manter o plano neoliberal, que atinge em cheio os trabalhadores com as medidas de arrocho salarial e demissões, o governo se mantém intransigente com as greves dos servidores públicos. As universidades e escolas técnicas federais estão em greve desde o dia 8 de agosto. Os previdenciários estavam paralisados desde julho. Os judiciários estavam em greve desde 27 de agosto. O governo esperava quebrar a greve com o cansaço. Diante da disposição dos grevistas de manter as greves, o governo apresentou propostas unicamente de gratificações, que não são incorporadas ao salário e são retiradas na medida em que o funcionário se apresenta ou se afasta do trabalho por período maior em função de problemas de saúde.

Os funcionários públicos não aceitam a suspensão da greve em troca de gratificações e promessas para o futuro. Esses trabalhadores estão sem reajuste há 7 anos. O governo congelou os salários e aumentou a exploração do trabalho. Exige "avaliação desempenho" em todos os setores. Na Previdência, o governo ainda submete a gratificação à avaliação desempenho dos funcionários. Quer que 90% da miserável gratificação seja flexível de acordo com a nota obtida na avaliação. Nas universidades, impõe o provão para qualificar os professores das unidades e distribuir as verbas.

Os trabalhadores do judiciário de São Paulo fizeram uma greve histórica. Trata-se de um setor dividido por várias associações pelegas, que foram à greve pela imposição da base. O movimento grevista elegeu um comando de greve e este sustentou o movimento por mais de

2 meses. A pressão do governo com a "lei anti-greve" e a intransigência em não ceder nenhum reajuste, a não ser a gratificação, levaram as direções pelegas das associações a trabalharem para o fim do movimento.

No momento em que não consegue quebrar a resistência dos professores das federais e dos previdenciários, o governo lançou mão do pacote de medidas contrárias à greve. Basta que lembremos das manifestações e ocupações do MST onde o governo usou o recurso da ditadura militar que foi a lei de segurança nacional para punir as lideranças e espalhar o terror entre os trabalhadores sem-terra. O limite da democracia burguesa se esgota quando os mecanismos de "negociação", de cooptação das direções, de utilização da opinião pública (pais e alunos contra os professores, por exemplo), julgamento da greve, multas etc já não surgem efeito. A partir daí, a democracia burguesa recorre ao aparato repressivo para quebrar o movimento, desde o uso das tropas de choque até as leis da ditadura militar contra os grevistas. O que mostra que a democracia burguesa é a ditadura civil da classe que detém o poder econômico e político.

O governo, para assegurar a existência do Plano antinacional e antipopular, está obrigado a impor leis ditatoriais contra os trabalhadores. O pacote contra a greve dos servidores vem para disciplinar, com a força repressiva, o movimento grevista do funcionalismo. Os setores ligados ao funcionalismo têm mostrado disposição de luta para arrancar as reivindicações. As inúmeras greves dos policiais, que atingem boa parte dos Estados, e

as várias greves dos professores estaduais e municipais são manifestações que expressam o brutal sucateamento dos serviços públicos e a miséria salarial a que estão submetidos.

As principais medidas da lei anti-greve são: a) contratação temporária de funcionários para substituir os grevistas; b) o tempo de contratação é por tempo determinado (três meses e pode ser prorrogado); c) o salário desses contratados será "semelhante" a dos grevistas; d) abertura de processo coletivo em rito sumário, após 30 faltas; e) a greve será considerada abusiva depois de 30 dias; f) a greve só tem valor se a assembléia contar com 2/3 dos servidores; g) os sindicatos têm de avisar com antecedência, enviar as reivindicações e esperar a resposta do governo; h) o sindicato só pode começar a greve quando o governo deixar de mandar a resposta; i) a greve sendo abusiva implica em suspensão do pagamento; j) os sindicatos não poderão paralisar totalmente os seus funcionários. Terá de manter os serviços em funcionamento, o chamado "plano de contingência"; l) os sindicatos que não cumprirem esse rol de medidas estão sujeitos às multas; m) transferência das decisões sobre o pagamento do salários dos grevistas do STJ para STF, de forma que o governo tenha total controle e centralização da decisão de suspender o pagamento; n) os grevistas terão os descontos e poderão ser automaticamente demitidos.

O pacote anti-greve é um brutal ataque aos direitos dos trabalhadores. Boa parte dessas medidas já constam na legislação antigreve dos trabalhadores. Os exemplos das multas e a obrigatori-

idade de manter os serviços em funcionamento já são mais antigas. O governo agora estende para os funcionários públicos. O objetivo é conter a onda de greves contra o governo e contra os planos pró-imperialistas, que descarregam a crise sobre os trabalhadores. Trata-se de medidas de eliminação da democracia operária dos sindicatos (soberania das assembleias)

## Trabalho escravo

No papel está proibido o trabalho escravo. Mas há muito vem-se denunciado esta prática em fazendas. O governo prometeu erradicá-la. Mas o contrário aconteceu: mais casos apareceram. A CPT demonstrou em seu relatório 1812 casos em 2001. Número superior ao do ano passado. Tudo indica que o contingente de trabalhadores escravizados seja maior.

Os fazendeiros escravizam o camponês através de mecanismo de endividamento criado por ele mesmo para esse fim, impondo-lhe o regime de trabalho pelas armas. Essa modalidade de relação, que esteve na origem da introdução do capitalismo de fora para dentro pelos colonizadores, é mais um indicador do caráter semicolonial do Brasil. As formas mais avançadas de explorar o operário convivem com as formas mais atrasadas de exploração do trabalho camponês, ao ponto de conservar traços de escravidão. O capitalismo industrial mais moderno continua carregando, em suas entranhas, relações pré-capitalistas de produção no campo.

Para superar o atraso, compatibilizar a indústria com o campo em larga escala, resolver a contradição entre campo e cidade, pôr fim à fome de milhões e superar toda forma de opressão de classe, é necessário a revolução social. E esta será proletária por seu conteúdo histórico. Ou seja, de transformação socialista. Enquanto persistir o capitalismo, permanecerá a opressão da minoria sobre a maioria.

Instituições como a CPT se destacam por denunciar o trabalho escravo. Recorrem à OINÜ, um órgão do imperialismo, que nesse momento serve aos Estados Unidos na guerra contra o Afeganistão. O mesmo acontece com o trabalho infantil, exploração das

e de intervenção estatal nos organismos dos trabalhadores.

O combate ao pacote anti-greve é fundamental para quebrar a ofensiva do governo sobre os trabalhadores. As direções sindicais e a CUT têm feito vista grossa. As denúncias contra o pacote não se materializam na organização dos trabalhadores para resistir a esse brutal ataque. As multas que são

mulheres, discriminação racial contra os negros e assassinatos de camponeses no campo.

Tudo isso é expressão da escravidão moderna que impera no sistema capitalista de produção, que é a escravidão assalariada. Não basta denunciar e depois rezar para que o capitalismo não venha abaixo com a insurreição das massas. A denúncia para exigir solução no capitalismo serve à hipocrisia do reformismo.

O capitalismo não resolverá a opressão de classe, que resulta em milhares de mortes pela fome e doenças a cada hora.

### **A necessidade da aliança operário e camponesa**

No ano passado, foram assassinados por conflito de terra 21 camponeses; neste ano de 2001, já são 23. A impunidade dos fazendeiros é total. São acobertados pelos governos, polícia e judiciário.

A Ouvidoria Agrária Nacional, órgão ligado ao ministério da Reforma Agrária, diz que a meta do governo é "reduzir a zero o número de mortes". Quanta falsidade de um governo que protege os latifundiários.

A assessora do ministro Raul Jungmann anunciou que promoverá um "Fórum" com participação de ONGs, membros dos movimentos, governo e técnicos. Objetivo: reduzir os conflitos sociais no campo. Mais uma falsidade. O que se pretende é combater o movimento dos sem-terra, impor-lhe limites.

Os conflitos do campo são consequência da opressão latifundiária sobre a maioria camponesa. Os latifundiários terão de atacar mais fundo ainda os explorados do campo.

O governo não tem feito outra coisa senão combinar reduzido número de as-

cobradas dos sindicatos, por não ter acatado a decisão de voltar ao trabalho, não implicaram em fortes protestos da classe trabalhadora. O exemplo foi a volumosa multa sobre o sindicato dos petroleiros em 1995, o que restringiu em simples denúncia da burocracia. A burocracia sindical certamente fará pouco caso dessas medidas repressivas do governo contra a greve.

sentamentos, que não resolvem a miséria, com brutal repressão (faz parte dela as milícias dos latifundiários). Com uma mão se mostra reformador e com outra golpeia os sem-terra.

Em nada tem se alterado a concentração agrária e a fome de milhões. A tendência do capitalismo no campo é avançar ainda mais o domínio latifundiário em detrimento dos minifundiários (produção de subsistência), pequenos e médios produtores. Os assentamentos estão submetidos a essa estrutura e não fazem senão reproduzi-la. Não é por acaso que o governo propagandeia o feito de "500 mil famílias" assentadas desde 1995.

A longa trajetória de luta camponesa e sua rica experiência mostram que o movimento no campo se acha em atraso quanto ao programa de real transformação. Trata-se de empunhar a tarefa democrática de revolução agrária, que destrua de cima a baixo o poder da burguesia latifundiária.

Toda a terra deve passar para as mãos dos camponeses pobres.

Mas a derrocada do latifúndio só virá como parte da destruição do poder capitalista como um todo, por meio da revolução proletária. O proletariado no poder, em aliança com os camponeses, colocará o novo Estado a serviço da expropriação geral da burguesia.

Por mais parciais que ainda sejam as lutas no campo, está colocada a tarefa de desenvolver entre os camponeses a estratégia da revolução agrária e a tarefa de constituir a aliança operário e camponesa. É central nessa luta pelo programa transformador, que combina as tarefas democráticas com as socialistas, pôr em pé o partido da revolução socialista.

# Governo impõe o fim de direitos trabalhistas

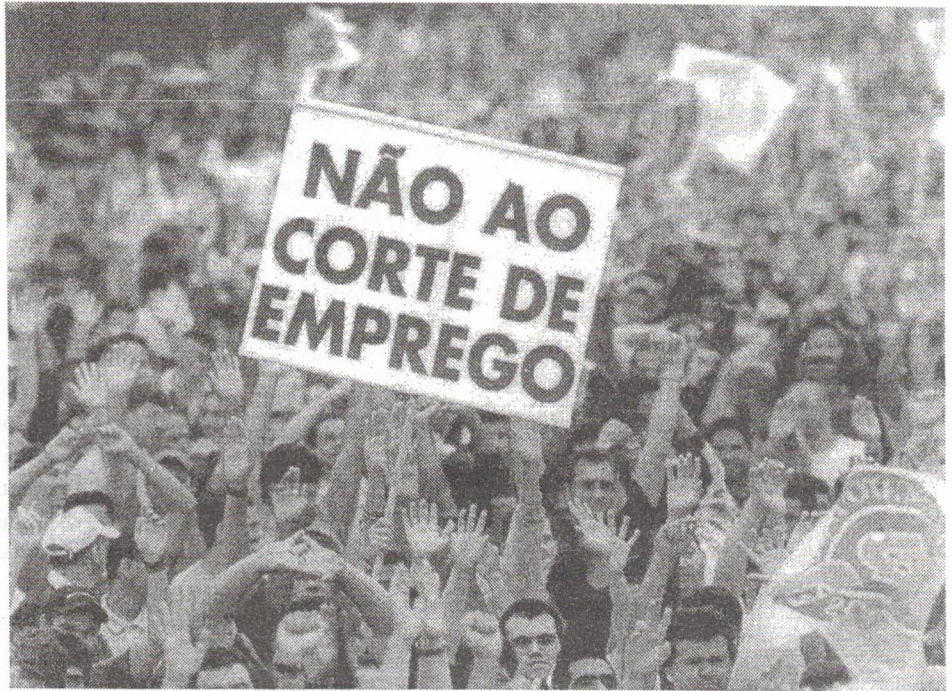
Foram aprovadas na Câmara de Deputados, no dia 4 de dezembro, as mudanças na CLT. A votação no Senado será em março. O governo já se coloca como vitorioso. A essência do projeto é um ataque às conquistas dos trabalhadores. O poder de negociação entre capital e trabalho fica acima da legislação. Serão frutos de negociações a redução da jornada e salário, 13, férias, descanso semanal, licença maternidade, adicional noturno e hora-extra. Os parlamentares se dividiram, 264 a favor e 213 contrários, em função de interesses puramente eleitorais. A burocracia sindical também se dividiu, de um lado os pró-governo - Força Sindical e a SDS e, de outro, a CUT e CGT. Sem a resistência coletiva dos trabalhadores, o governo impôs as alterações nas leis trabalhistas.

## O FMI exige do governo a reforma trabalhista e sindical

A eliminação de direitos trabalhistas é um dos aspectos do "Plano de Estabilização", que vem sendo implantado no Brasil desde o início dos anos 90. Fernando Henrique Cardoso, depois da reforma da Previdência, da entrega maciça das empresas estatais e dos cortes nos serviços públicos, avançou em relação à reforma trabalhista e sindical. Seu conteúdo é o da "flexibilização" das relações de trabalho, alteração na organização sindical e nas contribuições obrigatórias (artigos 8 e 7 da Constituição).

A "flexibilização" de direitos tem como objetivo manter a taxa de lucratividade dos capitalistas. Conforme agudiza a crise econômica, os monopólios e seus agentes financeiros exigem mais sacrifícios da classe trabalhadora. Além de contar com uma massa de trabalhadores disponível no mercado, a burguesia amplia os mecanismos de exploração. O aumento da produtividade e o fim de direitos assegurados por lei são mecanismos de proteção do capital.

O golpe contra os direitos dos trabalhadores foi sendo gestado durante os 7 anos de governo FHC e aos poucos incorporado nas negociações entre patrões e sindicatos. As conquistas foram sendo



solapadas, porém esbarravam na legislação (CLT). Não por acaso são milhares e milhares de processos trabalhistas pendentes na Justiça. A burguesia e seu governo volta e meia deparavam com ações judiciais resultantes de espúrios acordos coletivos. A eliminação dessas conquistas da legislação do Estado significava, segundo o governo, varrer um entulho do nacionalismo populista de Vargas e deixar as mãos livres para o capital esmagar as condições de vida e as proteções trabalhistas.

O governo de Fernando Henrique foi marcado pela aplicação das medidas pró-imperialistas em toda extensão. Protegeu o grande capital, favoreceu o saque das multinacionais, entregou as estatais, abriu as fronteiras e colocou na miséria 60 milhões de brasileiros. Agora, conclui o mandato arrancando conquistas que foram obtidas na luta dos trabalhadores.

## O terreno para retirar os direitos trabalhistas foi preparado

Desde a implantação das medidas neoliberais, os direitos trabalhistas estavam sendo retirados. Várias leis foram criadas. Em 1996 e 1997, determinou-se o contrato de trabalho temporário, sem

vínculo empregatício. Em 1998, estabeleceu-se o contrato por tempo determinado com redução de direitos, o banco de horas e o trabalho voluntário sem nenhum direito. No ano de 2000, determinou o funcionamento das comissões de conciliação pró-patronal com poderes para alterar direitos trabalhistas. Em 2001, formaliza o trabalho parcial, a redução da jornada, salário e férias.

Os burgueses usam do falso argumento de que o custo da mão-de-obra é muito alto. E forçam o governo e sindicatos a negociarem a quebra de conquistas sociais. Na verdade, pagam baixos salários, mantêm o arrocho salarial, exigem mais produtividade, ampliam as demissões e ainda impõem a eliminação de direitos. Os acordos compulsórios acabaram se transformando em lei, para servir a toda classe capitalista.

## A colaboração da burocracia sindical

Com a imposição do Plano Real, a burocracia sindical se encolhe cada vez mais. Primeiro, apoiou o argumento governamental de que havia acabado a inflação e, por isso, não cabia o combate por reajustes salariais. As expropriações salariais causadas pelos planos anteriores foram esquecidas. A resistência dos operários à exploração patronal através

das greves sofreu uma violenta queda (no período de 1996 a 1998, de 1258 greves foram para 546; em 1999 passaram para 244). Sem dizer que foi responsável por quebrar a mais importante greve que surgiu contra o Plano Real, que a foi a dos petroleiros. Ao invés de organizar os movimentos grevistas, as direções impulsionaram as negociações com o patronato. A partir daí intensificam as negociações em torno dos direitos trabalhistas.

Tanto a Força Sindical quanto a CUT assinaram acordos de redução das conquistas sociais ao longo do governo FHC. Vários deles foram feitos com redução da jornada e salário. A semana de quatro dias e redução de 15% a 20% passaram a

fazer parte de quase todos os acordos com as multinacionais (Ford, Scania, Volks etc), das empresas de turismo (a exemplo do grupo Fytour), autopeças, bem como da indústria de brinquedos, a exemplo da Estrela.

O banco de horas também foi aceito desde 1995 com o acordo da Ford e passou a ser previsto em lei em 1998, possibilitando milhares de outros acordos nesse sentido. O parcelamento do 13 vem sendo incorporado pelas direções sindicais. A construção civil, que mantém uma das camadas do proletariado mais explorada, aceitou que mais de 7.500 operários tivessem o 13 dividido em 6 parcelas. Medida que também foi colocada para os operários das fábricas de alimentação. O sindicato metalúrgico de São Paulo (Força Sindical) concordou com a diminuição do horário de almoço nos acordos de mais de 50 empresas. Os contratos sem vínculo empregatício (sem carteira de trabalho) já atingiu 35 milhões da mão-de-obra. O trabalho voluntário (gratuito e sem nenhum vínculo empregatício) proliferou nos serviços públicos, implantado inclusive pelas administrações do PT. O contrato por tempo determinado, sem direitos trabalhistas e nas piores condições, ganham força através das frentes de trabalho para substituir funcionários públicos.

A burguesia e seu governo prepararam as condições, com a colaboração das

direções burocratizadas, para retirar da Constituição as conquistas sociais. Nesses anos de implantação das medidas neoliberais, foram aumentando a exploração do trabalho e eliminando direitos. Aproveitaram da situação de profundo desemprego e da conduta servil dos burocratas sindicais.

### **Força sindical e FIESP juntas na retirada dos direitos trabalhistas**

A direitista Força Sindical contribui fortemente com a ação governamental de retirada dos direitos trabalhistas da CLT. Usando o mesmo argumento da FIESP, o dirigente da Força disse que

isso estimulará novos empregos e a diminuição do trabalho informal (sem carteira). Porém, a FIESP dizia que "não será de uma hora para outra" que os empregos aparecerão e tudo depende da "retomada do crescimento econômico". O que mostra que a quebra dos direitos nada tem a ver com o aumento de emprego. Este depende do crescimento da economia, entendido como expansão das forças produtivas. A economia brasileira sofre os efeitos da crise mundial e do saque das multinacionais, que são descarregados sobre a maioria trabalhadora na forma de desemprego e miséria. O que resulta em quebra de forças produtivas. A demagogia dos capitalistas e o entreguismo patronal da Força ajudaram o governo FHC a cumprir um passo importante da Reforma trabalhista.

A Força Sindical apoiou o projeto do governo, e ainda fez parte da lista de corruptos, que se vendem por dinheiro para aprovar as medidas antitruadoras. Em troca do favor, FHC liberou dinheiro do FAT para construção de casas para a classe média e fez vista grossa às denúncias de depósito de dinheiro em bancos estrangeiros na conta de Medeiros. O "toma lá e dá cá" é defendido por Paulinho com unhas e dentes como coisa natural. As falcaturas às costas dos trabalhadores entre ele e a patronal chegaram ao ponto de mudar na prática a da-

ta-base (que é novembro) para janeiro. E no mês de dezembro, os operários recebem um abono de 21% ao invés de terem os salários corrigidos pela inflação (8,16%). Os patrões lucram porque abono não tem encargos trabalhistas. Paulinho lucra porque consegue 14% sobre a folha de pagamento. Esse índice chegou a ser mais alto em negociações passadas. Na campanha do ano passado, o Sindicato Metalúrgico de São Paulo conseguiu às custas dos trabalhadores colocar em seus cofres 8 milhões.

A corrupção deslavada da burocracia da Força Sindical esteve presente na aprovação de toda reforma neoliberal de FHC/FMI. Foi assim na época da Previdência, do FGTS e, agora, com os direitos trabalhistas. O governo e os patrões necessitam dos corruptos que dirigem os sindicatos dos trabalhadores para não só aniquilar com a resistência coletiva como também para cada vez mais integrá-los ao Estado capitalista, que tem a corrupção como parte inerente.

O intervencionismo estatal sobre os organismos dos trabalhadores tem se ampliado. Medeiros, Paulinho e seus aliados fazem do Sindicato Metalúrgico de São Paulo uma correia de transmissão aberta da política burguesa. Não por acaso, antes da votação do fim dos direitos trabalhistas, Paulinho e o Ministro Dornelles estiveram juntos no sindicato para convencer os operários da justiça do projeto. Também não por acaso, Paulinho e Medeiros são expressões mais acabadas do gangsterismo burocrático. A Força Sindical e seu maior sindicato comem as quimeras concedidas pelos capitalistas e seu governo às custas do bloqueio da luta de classe.

### **A demagogia da burocracia cutista**

A CUT denunciou a corrupção da Força Sindical e a prática corriqueira do governo de comprar parlamentares com a liberação de verbas públicas. Porém, não pôde se livrar das acusações do Ministro Dornelles em torno dos acordos que assinou de redução de direitos trabalhistas. Dornelles, que já serviu Sarney e agora FHC, aproveitou a ocasião para usar a demagogia da direção da CUT dizendo que a Central foi a que mais negociou em torno do banco de horas e para elogiar o acordo firmado por Paulinho



com a multinacional Volks.

A debilidade da CUT nas críticas à “flexibilização” dos direitos trabalhistas estava justamente na sua política. De um lado, pesavam os acordos que favoreceram a sanha dos capitalistas em reduzir os encargos sociais e eliminar conquistas históricas. De outro, a incapacidade de organização de um forte movimento de resistência contra as mudanças governamentais, principalmente após o acordo traidor assinado com a Volks. Por cima, a direção da CUT denuncia a “flexibilização” e, por baixo, seus burocratas sindicais compactuam com as multinacionais para impô-la aos operários. As caravanas à Brasília e os “cercos” aos parlamentares não atingiam o elemento essencial, que é a paralisação da produção. Os operários e demais trabalhadores ficaram à margem da luta. Aí estão as verdadeiras razões do governo agir violentamente contra as massas trabalhadoras.

### **Os direitos trabalhistas foram conquistas e não dádivas de governantes**

A história do movimento operário brasileiro é marcada, desde a sua origem, pela luta de classe. As manifestações, ocupações, bloqueios e greves foram os métodos de enfrentamento à exploração patronal. As reivindicações de proteção a vida e ao trabalho estiveram no centro da luta. Não por acaso, as primeiras reações foram contra a enorme jornada de trabalho, a violência em relação ao trabalho da mulher e das crianças e aos castigos físicos cometidos pelos patrões, que se igualavam aos latifundiários escravistas.

A industrialização e a formação da classe operária brasileiras iniciaram tardiamente, quando o capitalismo mundial atingia a sua fase imperialista, de domínio do capital financeiro. O operariado, concentrado fundamentalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, assimilou muito da experiência de luta do proletariado internacional. As greves ocorridas entre 1917- 1920, contra os baixos salários, a alta dos preços de produtos de primeira necessidade e contra as paupérrimas condições de trabalho, revelaram o enorme potencial dessa classe antagônica ao capital. Também foram resultados da onda grevista que ocorria em várias partes do

mundo. Trouxe no seu bojo a experiência vitoriosa do proletariado russo, com a revolução de Outubro de 1917. Essas greves reivindicavam: proibição do trabalho noturno de mulheres e crianças menores e 18 anos; jornada de 8 horas, adicional de 50% nas horas extras; estabilidade no emprego; fim do trabalho nos sábados à tarde; aumento de salários e liberdade de organização sindical. Houve uma reação brutal contra os movimentos grevistas, mas a força da luta falou mais alto e impôs algumas vantagens à classe operária. Mundialmente, os governos acossados pela onda de greves foram obrigados a estender a incorporação de alguns direitos trabalhistas na forma de lei. Não por acaso, as potências imperialistas, vencedoras da 1 Guerra Mundial, temendo o avanço das conquistas da Revolução Russa e a radicalização do movimento geral da classe operária, colocaram algumas cláusulas trabalhistas no Tratado de Versalhes. A partir daí, inicia uma legislação trabalhista no Brasil. Porém, quase sempre se transformava em letra-morta. No período de 1930-34, novos movimentos grevistas sacudiram os centros urbanos e exigiam medidas efetivas de garantia de emprego e salário. Portanto, os direitos trabalhistas nascem da luta da classe operária e do avanço revolucionário do proletariado internacional.

A necessidade de disciplinar o movimento operário e controlar seus organismos de luta (sindicatos) levaram o governo de Getúlio Vargas à criação do Ministério do Trabalho (novembro de 1930) e as Juntas de Conciliação e Julgamento (que serviam de árbitro entre o capital e o trabalho), favorecendo, é claro, os capitalistas. Impôs o decreto de controle sobre os sindicatos (março de 1931), ou seja, a legalização dos sindicatos dependia do reconhecimento do Estado. Regulamentou algumas conquistas dos trabalhadores, a exemplo da jornada de 8 horas, salário mínimo (1940), férias, trabalho da mulher e das crianças. Foi no período do chamado “Estado Novo”, ditadura fascista de Vargas, que dispôs na forma de um código os direitos trabalhistas (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), junho de

1943. A CLT surgiu para controlar o movimento das massas trabalhadoras. Porém, alguns direitos trabalhistas foram incluídos em função da luta histórica do proletariado. A CLT veio acompanhada das leis fascistas contra os trabalhadores, proibição de greve, perseguições, expulsão e torturas de dirigentes sindicais e políticos contrários ao governo.

Coube à ditadura militar eliminar alguns dos direitos trabalhistas contidos na CLT. A lei antigreve aprovada logo após o golpe militar (1964) criou mecanismos que a tornava impeditiva. Em 1966, sob o governo de Castello Branco, foi retirado um direitos mais defendidos pelos trabalhadores, que era a estabilidade no emprego (embora esta fosse bastante precária, pois

previa 10 anos no mesmo serviço). No seu lugar, foi imposto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), favorecendo as demissões. A chamada “redemocratiza-

ção”, com o fim da ditadura militar, não trouxe de volta os direitos arrancados e nem mesmo o direito de greve.

O governo FHC dá seqüência à eliminação dos direitos trabalhistas. A reforma sindical e a redução de conquistas trabalhistas fizeram parte do plano neoliberal, uma receita imperialista para os países semicoloniais. O que vale dizer que os governos burgueses, travestidos ora de ditadura civil ora de ditadura militar, estão a serviço da política imperialista. A inclusão de cláusulas trabalhistas após a 1 Guerra Mundial estava de acordo com os interesses do capital, a exclusão desse direitos estão em função do capital, assolado pela crise mundial e pela queda da taxa de lucro.

### **Direitos trabalhistas vêm sendo arrancados no mundo todo**

Os imperialistas puderam em um certo momento garantir direitos trabalhistas para o proletariado de seus países, em função da enorme exploração que era descarregada sobre a frágil classe operária dos países semicoloniais. Com a crescente desagregação do capitalismo, a burguesia européia, japonesa e dos Estados Unidos estão sendo obrigadas a eliminar conquistas sociais. Na França, existe uma lei que estabelece

unicamente um número mínimo de horas de trabalho, mas cabe ao "acordo" (capital e trabalho) estipular as formas de implementação. Nos Estados Unidos, proliferam os contratos de trabalho por tempo determinado e os salários que são "negociados". No Japão, as condições de trabalho estão sendo esmagadas, a exemplo do crescimento da pobreza entre as massas advinda do desemprego.

Nos países semicoloniais, a classe operária sofre dupla opressão (da burguesia nacional e das multinacionais). A burguesia nacional se mostra servil diante da ofensiva dos monopólios sobre os empregos e os salários. As multinacionais, durante a aplicação do plano neoliberal, forçaram os acordos de flexibilização de direitos, que serviram de modelo para as empresas nacionais.

Os argumentos dos capitalistas são os mesmos: eliminação de direitos em troca de empregos. E que os acordos dependem de "sindicatos fortes". O inverso se passou: houve redução de postos de trabalho com a colaboração dos chamados "sindicatos fortes". Os exemplos de aplicação mundial da diretriz dos monopólios destruírem conquistas estão por toda parte. Basta que verificamos o que ocorreu no México, Peru, Nova Zelândia, Argentina e, agora, Brasil. Os trabalhadores perdem conquistas e uma boa parcela engrossa o exército de milhões de desempregados. Trata-se, portanto, da ofensiva do capital na destruição de uma grande parcela da força de trabalho e de direitos de proteção contra a exploração desenfreada pelos capitalistas.

### **A OIT avaliza a redução de direitos**

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) diz que a "flexibilização" de direitos não "viola normas" dos acordos internacionais. Reconhece que nada indica que isso possibilita mais emprego. Utiliza o exemplo da Alemanha, onde as mudanças não trouxeram "nova geração de emprego". Cita o aumento do trabalho informal na América Latina, onde não há garantias trabalhistas. Entretanto,

conclui avalizando que essas alterações nos direitos sociais gera "maior autonomia nas negociações" e, portanto, não ferem as normas internacionais. Tudo depende dos "sindicatos fortes".

A tão citada OIT como defensora da causa dos oprimidos não passa de um instrumento da burguesia imperialista.

### **Acordo da Volks: ponto alto da colaboração**

A multinacional alemã impõe de fora para dentro a "flexibilização" do trabalho. Aproveitando-se da política de abertura ao capital estrangeiro, na época de Juscelino Kubitschek e da "Instrução 113", que concedia vantagens às multinacionais para instalação no Brasil, a Volks se implantou no ABC. Utilizou-se da mão-de-obra barata em relação à Alemanha para, juntamente com a Ford e General Motors, abocanharem a qua-

se totalidade do mercado automobilístico no Brasil, quebrando a empresa nacional FNM, que atuava desde o início dos anos 40. As multinacionais puderam nesse período conceder condições de trabalho e salário diferenciados das demais empresas nacionais. As concessões feitas nas filiais brasileiras eram irrisórias diante das exigências do proletariado nos países de origem. Em poucas décadas, as montadoras exploraram ao máximo a força de trabalho, remetendo para o exterior somas incalculáveis de lucros.

Nessa última década, a crise mundial e a concorrência entre as multinacionais, levaram a Ford, GM, FIAT e Volks a demitirem em massa e a reduzirem jornada e salários. Passaram a exigir do governo subsídios fiscais e quebra de direitos trabalhistas. A "flexibilização" de conquistas sociais nada mais foi do que a exigência dos monopólios para preservar a lucratividade. As medidas contra os direitos trabalhistas são mecanismos impostos de fora para aumentar a sangria sobre a economia nacional e das massas trabalhadoras. Corresponde, portanto, à exploração da força de trabalho pelos monopólios.

O acordo entre a Volks e Marinho mostra bem os ditames da multinacio-

nal. Pressionou o burocrata sindical para que este quebrasse a disposição de luta dos operários e aceitasse de conjunto as medidas de redução de jornada, corte salarial, terceirização, demissão voluntária, que na verdade é compulsória de 700 trabalhadores, e outros tantos na mira do desemprego pela avaliação desempenho do patrão. Nem bem assinou o acordo, este foi exigido por outras montadoras. Depois de evitar a resistência da classe operária, o governo desfecha o golpe de retirada dos direitos trabalhistas da CLT, como orientava o FMI e as multinacionais.

### **A defesa da classe operária depende de sua luta contra os monopólios**

A burocracia sindical, da direitista à reformista, se curvou diante da reforma de FHC/FMI. Os resultados têm sido muito duros para a maioria explorada. Essa experiência deve servir de lição para a luta do proletariado contra o capitalismo e a burocracia vendida. O combate contra o desemprego e a destruição de conquistas trabalhistas devem ser o ponto de partida para se organizar o movimento operário. É nessa luta que o proletariado conseguirá arrancar seus instrumentos (sindicato, central) das mãos dessa camarilha de burocratas e colocá-los no caminho da resistência contra a opressão social e nacional. Enquanto estiverem nas mãos da burocracia serão apêndices do Estado (em maior ou menor grau).

O freio colocado nos sindicatos vem da submissão da burocracia sindical aos monopólios. A camarilha de burocratas vinculada aos ramos monopolizados é que dita a política a ser seguida pelo conjunto dos sindicatos. Para romper a colaboração sindicato/monopólio é necessário que a classe operária coloque-se por um programa de expropriação do grande capital. O enfraquecimento e derrota das direções traidoras dependem da constituição de uma fração revolucionária organizada em torno do programa antiimperialista e anticapitalista.

Essa tarefa urgente deve ser assumida pela vanguarda consciente da classe operária. Um trabalho sistemático, a partir das bases, na construção das frações revolucionárias, apoiada no programa da revolução socialista.

# Organizar a resistência sob o programa de transição

## 1. Rechaçar toda e qualquer demissão. Emprego a todos.

Os capitalistas não podem assegurar minimamente emprego aos novos e antigos trabalhadores. O desemprego estrutural se agrava com a crise de superprodução e a renovação tecnológica. Medidas como PDV, bancos de horas, redução da jornada reduzindo salário, rotatividade de mão-de-obra devem ser combatidas inflexivelmente.

Defesa operária do emprego: redução da jornada sem reduzir salário; aplicação da escala móvel das horas de trabalho. Estabilidade no emprego

## 2. Contra a expropriação salarial. Nenhum rebaixamento, nenhuma perda salarial.

Pôr abaixo a lei salarial do governo que desobriga os capitalistas de reporem as perdas e facilita a expropriação de parte dos ganhos. O Plano Real foi arquitetado para reduzir os salários e impedir que os explorados reivindiquem aumentos reais.

Combater toda tentativa do patronato de rebaixar os salários, seja lá o motivo alegado.

Defesa operária do salário: assegurar o valor real dos salários, repor as perdas, escala móvel de reajuste. Fim da expropriação salarial. Salário mínimo real.

## 3. Defender os direitos trabalhistas. Não ceder à destruição de conquistas sociais. Derrubar as medidas neoliberais que revogam direitos dos trabalhadores.

Combater o governo e os capitalistas com a bandeira de "abaixo a reforma trabalhista neoliberal, destruidora das condições elementares de trabalho".

Fora com a flexibilização do trabalho, com os bancos de hora, com os PDVs.

Defesa do 13 salário, férias, licença maternidade e outros que constam do

ponto 7 da Constituição.

Defesa operária dos direitos sociais: somente os trabalhadores podem dizer o que deve ser mudado na legislação trabalhista, através de suas assembleias. Denúncia do Congresso Nacional, dos partidos capitalistas e do governo como legisladores de causa própria contra os explorados. A legislação só será a favor dos explorados quando imposta pela luta à burguesia e seu governo.

## 4. Controle operário da produção e abertura dos livros de contabilidade das empresas.

Os capitalistas alegam que estão obrigados a demitir e cortar salário, bem como destruir direitos trabalhistas, porque tem caído o consumo, há excesso de produção, os concorrentes pagam menos, os impostos são altos, as exportações diminuíram, o Real se desvalorizou muito, os lucros estão se reduzindo, há prejuízo etc. Cada um usa à sua maneira tais argumentos para esmagar as condições de vida dos trabalhadores.

A ameaça do burguês é sempre esta: "não posso fazer outra coisa, senão fecho a fábrica, ou mudo-a para outro estado, ou para outro país. Vocês operários não têm outra saída senão aceitar PDV, corte de salário etc." Cada capitalista procura se individualizar defendendo interesses próprios frente aos demais capitalistas e aos trabalhadores. É assim que falsificam a conclusão de que não há outra saída senão aceitar o desemprego e o empobrecimento.

Ao contrário, a classe operária deve olhar a economia como um todo. Por maior que seja a crise e parte dos capitalistas se quebrem, ou diminuam seus lucros, a classe capitalista como um todo continuará a concentrar riquezas às custas da exploração.

Resposta operária: a crise capitalista é responsabilidade da classe capitalista. A classe operária apenas trabalha como escravos modernos, produz a riqueza e só dá lucro. Não aceita o argumento de crise de um só capitalista.

Que todos capitalistas abram seus livros de contabilidade para toda a sociedade ver o que acontece na economia e que a maioria possa dizer o que se deve fazer para manter os empregos, empregar os desempregados, pôr fim à miséria da maioria.

Também exigimos o controle operário coletivo da produção para poder analisar concretamente os livros, estabelecer um planejamento de produção que assegure trabalho a todos e se evite quebras individuais de fábricas.

## 5. Organizar coletivamente as forças operárias

A burguesia e o governo impõem à força suas medidas. É falso que a democracia é para todas as classes. E que com negociação se chega a um denominador comum, bom para exploradores e explorados. A colaboração da direção sindical com os capitalistas só favorece o capital contra o trabalho. Com a colaboração, evita-se que a classe operária reúna suas forças para se defender contra os ataques patronais e armar-se politicamente contra a política burguesa.

O que o patronato mais teme é a greve bem organizada desde as assembleias até os comitês de fábrica. Renunciar à greve e à organização coletiva em nome da saída negociada (pacífica) significa desarmar a classe operária frente a seus escravizadores. A burguesia não é pacífica, mas usa dessa arma para derrotar os trabalhadores sem luta. A maior vitória dela é quando impõe suas medidas violentas sem que a classe operária lute.

Os capitalistas e seus representantes procuram dividir a classe operária, jogar uns contra os outros, isolar suas reivindicações e colocar a população como vítima dos trabalhadores grevistas, acobertando sua inteira responsabilidade. Procura destruir os laços de solidariedade de classe dos operários, desenvolve a idéia de salve-se quem puder, separa os empregados dos desempregados, chama o sindicato a ajudar na seleção dos demitidos etc.

A burocracia sindical faz esse trabalho sujo em nome da proteção dos

interesses dos que permanecem no emprego contra os daqueles que vão ser demitidos e se coloca pela aceitação da redução salarial com o argumento de defesa do emprego. O sindicalismo pelego e burocrático é um obstáculo à resistência operária aos ataques dos capitalistas.

**A política operária é de luta estratégica contra a política burguesa e seu sistema de dominação social.**

Une a classe operária em movimentos de massa em torno das reivindicações favoráveis ao conjunto.

Prevê os ataques dos capitalistas e prepara com antecedência a reação, alertando os trabalhadores para o perigo e apresentando meios para enfrentá-los coletivamente.

Desenvolve os laços de solidariedade de classe, com bandeiras de unidade na ação e reivindicações comuns.

Concentra toda energia na convocação das assembleias e organização dos comitês fabris.

Combate os argumentos dos capitalistas e seu governo em torno da aceitação pacífica e passiva da exploração do trabalho, do desemprego e da fome.

Rejeita substituir a luta grevista pelas negociações entre burocracia sindical e capitalistas.

Exerce a democracia plena nos sindicatos por meio do método coletivo de

discussão, divergências e decisão.

## **6. O trabalho em torno da estratégia revolucionária**

A defesa do salário e emprego se choça com os pilares do capitalismo em crise. Eis por que para a classe operária conservar o mínimo de suas conquistas tem de travar duras batalhas contra o Estado burguês.

As greves tendem a crescer e a aumentar a radicalidade coletiva dos trabalhadores. Mas estas precisam de uma direção munida da estratégia revolucionária de destruição do capitalismo. A luta defensiva contra a exploração e os efeitos da crise estrutural é o ponto de partida para amadurecer as condições para a tomada do poder. Muitas batalhas deverão ser travadas para a classe operária se organizar em torno de sua estratégia de poder. Mas isso apenas significa que a todo momento é preciso trabalhar pelo governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

O instrumento principal para esse objetivo é o partido operário revolucionário. O único que pode dirigir o movimento operário, apoiado em suas organizações de massa, a vencer os exploradores.

A burocracia sindical traidora tam-

bém defende uma estratégia de poder: um governo pró-capitalista apoiado pelos explorados através do voto. A ala reformista da burocracia está com o PT e direitista segue os demais partidos burgueses segundo seus interesses de casta. É por isso que substitui a luta grevista e a organização de base pelas negociações, pela passividade e pela aceitação dos violentos ataques capitalistas.

**A tarefa consiste em ligar as necessidades elementares das massas com o objetivo de tomada do poder pela revolução proletária.**

A classe operária precisa construir seu partido revolucionário, instrumento para destruir o poder dos capitalistas e reorganizar a economia sobre base da propriedade coletiva dos meios de produção (comunista).

Instrumento para construir a aliança operário e camponês, com a qual a classe operária ganha força para derrotar a burguesia.

Instrumento para a classe operária liderar uma frente única antiimperialista de maioria nacional oprimida contra a minoria opressora.

A essência da estratégia operária é constituída pelo internacionalismo, que une a classe operária internacional em torno da tarefa histórica de vencer o capitalismo em escala mundial.

## **Movimento estudantil**

# **Organizar os grêmios estudantis independentes**

O grêmio estudantil é um organismo que representa os interesses dos estudantes. Quando os estudantes reivindicam a formação de um grêmio e se mobilizam para que ele exista em sua escola, estão lutando pela garantia de uma conquista democrática, estão defendendo um instrumento conseguido através da luta de outros estudantes. Não estão pedindo nenhum favor à direção ou aos professores da escola.

Os grêmios não devem ter interferência do Estado, diretores, conselho de escola, professores e APMs (Associação de Pais e Mestres). Os grêmios devem ser totalmente independentes.

É importante que o grêmio exista nas escolas, para que os alunos possam lutar pelo ensino público e gratuito em todos os níveis e se organizem para conquistar suas reivindicações.

Por isso, os grêmios precisam ser independentes e atuantes. Devem ser organismos vivos, atentos aos interesses dos alunos e às medidas impostas pelo governo contra os trabalhadores e, em particular, aos estudantes. Devem estar organizados de tal forma que respeitem o conjunto dos estudantes da escola e não aos conchavos com direção e politiqueros eleitoralistas. Devem ser democráticos, promovendo a participação massiva dos estu-

dantes em assembleias e não decidir por cima da vontade coletiva dos alunos.

O grêmio deve, também, procurar a unidade com os trabalhadores e, principalmente, com a classe operária. Os grêmios não podem ser organismos isolados em cada escola e com uma política corporativa. O isolamento dos grêmios não possibilita o enfrentamento com o governo.

Os grêmios independentes do Estado e das direções de escola só podem estar sob a base da política e direção revolucionárias. Ou seja, um grêmio que defende o programa de derrubada do sistema capitalista e de implantação do socialismo.

**Rondônia:**

## **34º Congresso dos Estudantes Secundaristas (UBES)**

Nos dias 27 e 28 de outubro foi realizado, no Estado de Rondônia, o 34 congresso da UBES, que tinha por finalidade escolher os delegados para o Congresso Nacional em Uberlândia (MG). Participaram de sua organização membros da UMES e UBES de Porto Velho, URES e UBES de Ji-Paraná e a União da Juventude Socialista (UJS- PCdoB).

### **Tese única e manobras para a escolha de delegados**

O congresso teve uma única tese, que tinha o título "A gente faz um país". Isso porque os organizadores manobram para inviabilizar a divulgação de teses de outras correntes políticas.

A direção das entidades estudantis, diretoria da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Porto Velho e a UJS do PCdoB manobram a escolha dos delegados. Não chamaram assembleias e nem mesmo realizaram reuniões preparatórias. Prevaleceu o método de escolha por "afinidades" ideológicas, totalmente despolitizado. O resultado foi que a maioria dos delegados sequer sabia o significado do congresso e muito menos o conteúdo da tese única. Os demais estudantes permaneceram alheios ao congresso da UBES.

Da mesma forma que ocorreram as manobras para a escolha dos delegados para o estadual, a eleição de delegados para o Congresso Nacional também seguiu o mesmo caminho. Aconteceu em grupos isolados junto aos presidentes dos grêmios. A plenária do congresso sequer conheceu os eleitos. O conchavo de bastidores resultou em 11 delegados para UJS e 9 para a juventude do PDT.

Ao invés de utilizar o Congresso para avançar na politização da juventude e na defesa das reivindicações reais dos estudantes, o Congresso estadual cumpria unicamente a formalidade para a escolha dos delegados para o nacional.

### **Um congresso de patrocinadores**

As lideranças do Congresso revela-

ram o caráter conciliador com o governo e a burguesia. Expuseram as faixas agradecendo os patrocinadores como o governo Bianco (PFL). Só foram retiradas depois da denúncia feita pelos militantes do POR.

Não bastaram os patrocinadores. A comissão organizadora, comprometida até a medula com o governo Bianco (PFL), com o prefeito Camurça de Porto Velho (PDT) e com Acir Gurgacz de Ji-Paraná (PDT), chegou a dizer que Bianco e outros safados burgueses iriam passar no Congresso e que os estudantes tratassem com respeito, enfatizando ainda lamentar que as faixas tivessem sido alvo de baderneiros.

Tratava-se de um congresso de agradecimentos aos burgueses e de apoio à política de Bianco e Camurça e Acir.

### **PC do B caça os militantes que queimaram as faixas**

Antes de serem concluídas as atividades da manhã do dia 27, lideranças da UBES de Ji-Paraná entraram na plenária enfurecidas. Queriam descobrir quais eram os estudantes que tinham queimado as faixas dos patrocinadores. Diziam que as faixas eram dos patrocinadores e que não iriam mais arcar com as despesas do Congresso. Veja a que ponto chega um estudante manejado pela política do PCdoB, um partido estalinista, que se apoia nos recursos da burguesia para fazer um congresso.

Foi mais longe ainda. Um militante do PCdoB acusou o POR de ter destruído as faixas. O POR aproveitou para dizer que as faixas enalteciam os corruptos burgueses e que isso mostrava a falta de independência do movimento estudantil para com os partidos da burguesia.

### **Um dos pontos polêmicos da tese única da direção**

O ponto 12 se coloca contra a redução da maioria penal, cumprimento do estatuto da criança e do adolescente. As intervenções foram no sentido de manter a idade penal de acordo com a idade de

participação nas eleições. O PCdoB sequer leu o ponto 12, o que favoreceu a aprovação da redução da idade penal.

A posição do POR foi de retirada desse ponto e defesa do emprego a toda a juventude; salário mínimo vital; educação pública e gratuita em todos os níveis para que os estudantes tenham acesso às universidades; fim das prisões e moradia para todos. Também enfatizou que todos esses problemas que atingem os jovens e os oprimidos em geral são próprios do capitalismo. E que a juventude deve fazer parte da luta contra o sistema de exploração do trabalho, para pôr fim às chagas do capitalismo.

### **O que defendemos no congresso estadual**

O que ocorre com o movimento estudantil não é algo isolado, é parte da situação em que se encontram os movimentos sociais no país e noutras partes do mundo, pois vivemos uma profunda crise de direção do movimento operário. No Estado de Rondônia, a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) se encontra nas mãos de militantes do PDT. A União Regional (URES), ao PDT e com o PFL. Isso significa que o movimento estudantil do Estado está totalmente integrado à política burguesa. Os grêmios não poderiam ser diferentes, seguem a mesma orientação. Os jornais desses organismos expressam bem a falta de independência política, pois o patrocínio varia de vereadores e deputados do PT ao PFL e servem de propaganda para os capitalistas (donos de empresas).

O movimento estudantil necessita de uma direção revolucionária, defensora do programa da revolução proletária. É tarefa urgente construir essa fração de luta para derrotar a política do estalinismo e do reformismo, que dirige as entidades estudantis. Combater fundo o oportunismo e o eleitoralismo dessas direções. Defender o método da democracia operária no seio do movimento. Rechaçar o método parlamentar-eleitoral e levantar o método próprio

dos trabalhadores, que é a ação direta. Condenar o corporativismo das direções e erguer a bandeira da unidade dos estudantes com a classe operária para destruir o sistema de opressão nacional e social. Partir das reivindicações mais sentidas pelos estudantes (como a escola

pública em todos os níveis) para as bandeiras de luta contra a burguesia, seu governo e o imperialismo, que descarregam a crise sobre os trabalhadores.

Por fim, o POR fez um chamado aos estudantes para condenar a guerra im-

perialista dos Estados Unidos contra o Afeganistão, colocando integralmente ao lado da nação oprimida contra a nação opressora. Posicionou-se contra todo tipo de opressão e se colocou pelo socialismo.

## Congresso Estadual da UBES em Fortaleza

O Congresso Estadual da UBES foi realizado nos dias 2 e 3 de novembro. Contou com maioria de delegados do PCdoB. Outras correntes estavam presentes: juventude do PSB, PSTU, PCR, PT e militantes da POR. O congresso foi marcado pelo eleitoralismo. Já no primeiro dia, o candidato do PSB, Wellington Ladim deu uma palestra aos delegados estudantes. Portanto, um congresso que não preparou os estudantes para enfrentar os ataques privatistas do governo contra a educação e ao plano antinacional e antipopular do governo FHC.

### Submissão às direções das escolas

A burocracia da UBES, para manobrar a eleição de delegados, contou com o apoio das direções de escola. As atas de escolha de delegados dependiam do carimbo da direção da unidade escolar.

Ao invés de combater a repressão das direções das escolas, que impedem as eleições e perseguem os alunos que participam

do movimento, a burocracia da UBES concorda com o controle autoritário das atas através de carimbo. Ao invés de reforçar a democracia estudantil, aceita que a direção dê o visto (carimbo) para legitimar a tirada de delegados. Essa conduta nada tem a ver com a independência dos organismos estudantis do Estado e de todos os órgãos executores da política burguesa. Essa posição é de submissão ao Estado e às direções das escolas.

### Nossa defesa

Combatemos a burocratização do Congresso e as manobras eleitoreiras. Defendemos as reivindicações de escola única, pública, gratuita, laica e voltada à produção social. Conclamamos os estudantes a se colocarem do lado do Afeganistão contra a guerra imperialista dos Estados Unidos e seus aliados. Por fim, defendemos os grêmios livres e os congressos verdadeiramente democráticos, sob a base da democracia operária (assembléias soberanas, congressos democráticos etc).

### Icó:

## Formação dos grêmios estudantis

O período de formação dos grêmios estudantis em duas escolas de Icó foi marcado por várias dificuldades. Houve perseguição sobre os membros da comissão pró-grêmio e aos estudantes da chapa. As críticas, as ameaça de notas baixas e de marcação de faltas aos participantes foram constantes.

Enquanto os membros da Força estudantil/corrente proletária e inde-

pendentes se revezavam para explicar as idéias do programa da chapa e suas propostas, alguns professores jogavam contra, alegando que isso era coisa de quem não tinha o que fazer. Além de dizer que estavam atrapalhando os alunos.

Isso na verdade mostra bem o quanto esses professores e direções estavam incomodados com a formação dos grêmios nas escolas. Mostravam-se insatisfeitos,

pois estavam acostumados a mandar e desmandar sem ouvir a opinião dos alunos. Por isso atacavam os estudantes defensores do grêmio.

Os estudantes da corrente proletária defendem um grêmio livre. Não um grêmio formado pela direção da escola para ser submisso a ela e seus governantes. Defendemos um grêmio que organize a luta pela conquistas das reivindicações dos estudantes.

## Alerta!

Recebemos de nossos companheiros bolivianos um comunicado que nos deixou espantado. Alguém lhes mandou jornais da VANGUARDA PROLETÁRIA postados de Fortaleza para a caixa postal de nossos companheiros bolivianos colocando explicitamente o nome do partido e de um de seus dirigentes.

Sabendo da perseguição policial que nossos companheiros sofrem na Bolívia esta atitude só podem representar duas coisas:

1) ou as pessoas que mandaram estas correspondências deliberadamente estão fazendo um trabalho de delação para o aparato do Estado de parte do aparelho partidário do POR;

2) ou essas pessoas têm bem pouca experiência com relação à concepção partidária leninista, que coloca a necessidade do partido revolucionário trabalhar com uma parcela de seu aparelho na clandestinidade, justamente para evitar ter suas principais atividades obstruídas pela ação da repressão estatal.

A delação ao Estado do aparelho de qualquer organização proletária é um problema muito sério e qualquer organização que assim o faça deve ser denunciada publicamente.

Por outro lado, a construção de uma organização que não tenha o menor respeito às questões de segurança está fadada a desaparecer completamente assim como a seus militantes e com setores de outras organizações que tenham contatos.

Este fato precisa ser rapidamente superado pela Vanguarda Proletária.

# Letras/USP: Eleições para o CAELL

As eleições para o CA da Letras/USP contaram com a participação de mais de 500 estudantes, em dois dias de votação. Quatro votações se realizaram simultaneamente: diretoria do CA, forma de composição dessa diretoria (proporcional ou majoritária), representantes discentes (RDs) na faculdade e nos departamentos do curso.

Quatro chapas concorriam nas eleições da Letras e três na de RD da faculdade.

Na Letras, tínhamos a "Na Letra da Luta", sob influência da Corrente Proletária Estudantil; a "O Grito", sob influência da atual diretoria do DCE (ligada a parlamentares do PT) e formada em sua maioria por ex-integrantes da chapa culturalista do PSTU do ano passado; a "E agora José?", impulsionada pelo PSTU, mas não integrada por ele; e a "Muda Caell" da AJR (PCO).

A vitória da chapa dita "culturalista" (O Grito), com cerca de 40% dos votos, baseou-se no setor mais atrasado do curso. O discurso do apoliticismo e antipartidarismo, com tempero de culturalismo, baseou-se nas promessas de fim das disputas políticas e num CA cultural e festivo. Esconde com esse discurso o conteúdo real de sua política: conciliação com a burocracia universitária, não mobilização, distração etc. Esse discurso não é: em eleições anteriores, foi defendido pelo militante Uchoa, da Articulação Estudantil (PT), que apoiou ativamente esta chapa neste ano. Não ousou concorrer porque está praticamente banido do movimento estudantil, depois de ser pego em flagrante com dezenas de cédulas das eleições para delegado ao Congresso da UNE deste ano, no primeiro semestre.

A chapa impulsionada pelo PSTU (E

agora, José) inicialmente procurou não se identificar com o partido centrista. Lembremos que no ano passado foi a chapa culturalista do PSTU a vencedora das eleições, e que essa fração majoritária da diretoria se dissolveu logo nos primeiros meses de gestão. Seu desgaste foi incorporado pela militância, e se transformou em desmoralização política. A organização de uma chapa dita independente, sob sua influência, seria o caminho para voltar ao CA. Mas a denúncia da "Na Letra da Luta" do real conteúdo da chapa "E agora, José?" (deveria se chamar "E agora, PSTU?") obrigou o PSTU a reconhecer seu "apoio" à chapa, e a manobra acabou agindo contra seu criador. No último dia da eleição, o PSTU soltou um panfleto apoiando a chapa, ressaltando que no programa dela havia "diferenças" com o PSTU. O resultado foi ter 18% dos votos.

A chapa do PCO teve 5% dos votos. Isto, apesar de uma campanha com centenas de faixas e cartazes, e um jornal especial gratuito dedicado às eleições. A campanha publicitária do PCO não foi capaz de reverter a rejeição dos estudantes à sua prática oportunista. Esse grupo, que só aparece em época de eleição, que não respeita as decisões coletivas de assembleias, que baseia sua luta política nas calúnias (até pessoais) contra outras correntes etc. está desmoralizado. Atrapalhará menos o movimento estudantil a partir de agora.

A chapa "Na Letra da Luta" obteve cerca de 32% dos votos para o CA e mais de 50% dos votos para a eleição de RD da faculdade no curso. Defendeu o programa e a prática de mobilizar os estudantes durante todo o ano ao redor das principais questões

que se foram colocando. Opôs-se ao discurso culturalista com a defesa do CA politizado e de luta contra o sucateamento e privatização do ensino. Seu programa parte da defesa das reivindicações mais elementares dos estudantes, ligando-as com as de caráter mais geral e até com a revolução e o socialismo. Buscou estabelecer claramente as diferenças de programa entre as chapas e militou pelo voto no programa de luta. A votação mostrou que a chapa "Na Letra da Luta" expressa um setor importante do curso e, no entanto, há ainda uma parcela que julga que a chapa é boa como representante dos estudantes, mas não para o CA. Esse setor, cerca de 100 votos, expressou o desejo de um CA culturalista e festivo, distante das lutas políticas.

A forma de composição aprovada por cerca de 60% foi a majoritária, alterando a anterior, vigente desde 1994, proporcional. 40% votaram na proporcionalidade. Destacamos que apenas a chapa "Na Letra da Luta" defendeu a proporcionalidade, elemento constitutivo da democracia operária. O PCO se juntou ao PT para defender a majoritariedade, e assim ajudou a entregar o CA para o controle absoluto da chapa culturalista.

O PSTU fez uma campanha muito tímida pela proporcionalidade, apesar da chapa "E agora José?" apresentar-se como defensora da majoritariedade. Está mais um elemento da política oportunista: o PSTU não criticou a chapa pela defesa da majoritariedade. Falou apenas em "diferença". Na prática, também é responsável pela aprovação da majoritariedade e com ela da posse do CA pela chapa conciliadora com a burocracia.

## Afeganistão

# ONU: Bush dá seu ultimato de guerra

Depois de Fernando H. Cardoso discursar na ONU sobre o mais novo invento - a "globalização solidária" -, foi a vez de George W. Bush, que desafiou um antigo invento dos conquistadores - é hora da guerra. Agradeceu a "compaixão e condôlência" diante do atentado de 11 de setembro. E concluiu que agora era momento de todos os países mostrarem ação. Um chamado à globalização da guerra contra o Afeganistão. Mais do que isso: Bush retomou a idéia de que do Afeganistão a guerra pode se estender a outras nações. Sabemos que o Pentágono anseia despejar bombas sobre o Iraque. De lá, pode se estender a guerra para Líbia, Síria etc.

O mais pró-imperialista dos jornais brasileiros - O Estado de São Paulo -, em editorial, mostrou-se indignado: "(...) chocou pela arrogância e a rispidez, pelo tom de co-

mando e pela indiferença ao que pudessem pensar os seus ouvintes, a quem tratou como severo *pater familias* que admoesta os seus dependentes e lhes dita o que fazer". Foi justamente assim. E não poderia ser de outra maneira. A mais poderosa potência não compareceria na ONU para convencer seus comandados a que deixassem o luto e passassem a seguir o comando do Pentágono. Foi lá para ditar ordens. Bush falou como chefe do imperialismo.

O governo brasileiro, pouco antes, discursou no Parlamento francês, com galhardia de quem pode fazer uma crítica refinada aos EUA pelo unilateralismo. Bastou chegar à Casa Branca para justificar que não se referia ao chefe dos chefes. Explicou que, ao contrário, os EUA mostraram-se multilateral recorrendo aos aliados para constituir a aliança antiterrorismo. Estam-

pa-se aí a diplomacia dos serviços. O governo republicano não abandonou o unilateralismo coisa nenhuma! Logo no primeiro pronunciamento depois do atentado, Bush deu voz de comando: ou estão com os EUA ou com os terroristas. Essa imposição expressou a estratégia de guerra do imperialismo contra as nações oprimidas, a começar pelo Afeganistão.

Toda conversa dos "emergentes" (antes "terceiromundistas") de resolver a miséria da maioria para erradicar o terrorismo não passa de máscara para a servilismo.

Os trabalhadores do mundo inteiro devem rechaçar a guerra do imperialismo, defender a autodeterminação dos povos, contrapor-se à hipócrita "globalização solidária" e defender a bandeira internacional do socialismo.

# Manifesto contra a guerra imperialista

Abaixo publicamos o Manifesto assinado pela Associação dos Professores da PUC (Apropuc), Associação dos Funcionários da PUC (Afapuc), Centro Acadêmico de Ciências Sociais e o Comitê contra a Opressão Social e Política. O Manifesto resultou da discussão coletiva e está sendo submetido aos demais Centros estudantis para adesão. Seu objetivo é continuar a campanha contra a guerra imperialista.

## Fora as tropas invasoras do Afeganistão

Em todo o mundo tem havido manifestações contrárias à guerra dos Estados Unidos e aliados contra o Afeganistão. Recentemente, na Inglaterra, 18 de novembro, estima-se que 100 mil manifestantes marcharam sob a bandeira de "fim à guerra". Isso na potência mais empenhada em concretizar a guerra imperialista de G. W. Bush.

Tony Blair não fala pelo Reino Unido - essa foi a resposta do movimento "pare a guerra". O mesmo devemos dizer: Fernando H. Cardoso não fala pelo Brasil.

Quem apóia a guerra, de fato e consciente da ação invasora contra o Afeganistão, são os governos e os capitalistas subservientes ao imperialismo. Os trabalhadores e a juventude que compreendem que os Estados Unidos usam o atentado terrorista para impulsionar sua ofensiva militar contra uma nação oprimida, objetivando sustentar e expandir seu domínio, colocam-se pelo fim imediato da invasão militar ao Afeganistão e autodeterminação das nações oprimidas.

Sabemos que o terrorismo nacionalista individual não é a forma de luta para libertar os povos saqueados, empobrecidos e pisoteados pelas potências. A classe operária e demais trabalhadores têm como forma não o terrorismo individual, mas a luta coletiva, de massa. Sabemos também que a

brutal opressão exercida pelas potências, bem como os governos títeres, corruptos e algozes do povo são os maiores terroristas.

Os Estados Unidos, com seu gigantesco capital financeiro, domínio industrial-tecnológico e com seu complexo militar, lideram a divisão do mundo entre um punhado de países dominantes. Em toda parte, influenciam governos, corrompem, ditam a política econômica, penetram nas Forças Armadas, promovem golpes, removem governos indesejados, controlam os ramos estratégicos de produção etc. A sua intervenção em favor de Israel contra os palestinos e a militarização do Oriente Médio são expressão desse domínio e fator decisivo dos profundos choques sociais.

Por detrás da guerra contra o Afeganistão e da caça a Al Qaeda de Bin Laden, estão os interesses econômicos (fontes de energia) e o domínio geopolítico. São os mesmos motivos que levaram a Inglaterra e França, desde o começo do séc. passado, a intervirem no Oriente Médio e enfrentarem os movimentos nacionalistas árabes, bem como os movimentos revolucionários da população oprimida. Rejeitamos a versão de que se trata guerra religiosa, apregoada pelo próprio Bin Laden, ou de defesa de valores ocidentais contra o terrorismo, contra o fanatismo fundamentalista etc, como divulga o governo norte-americano.

Os Estados Unidos estão apoiados numa estratégia geral de intervencionismo. Após o esmagamento do Afeganistão, o Pentágono objetiva atacar o Iraque, a pretexto das armas químicas. Outros países, como Síria, Líbia, Sudão etc, também sofrerão tremendas pressões militares. Na América Latina, o Plano Colômbia prevê a militarização de fora para dentro no conflito interno das Farc com o governo. Essa ingerência se estende por todo continente. No Brasil, está em andamento a instalação

de uma base de lançamento de satélites e escritórios da CIA.

O fato é que o capitalismo entrou em um processo de crise, marcado por tendências recessivas mundiais, acirramento das disputas comerciais e choques de interesse entre os mais poderosos grupos econômicos. Surge a necessidade da maior potência continuar liderando a divisão do mundo e canalizando riquezas às custas do maior atraso das nações semicoloniais. Não é por acaso que a guerra contra o Afeganistão é parte de um conjunto de conflitos militares, em que os Estados Unidos interferem direta ou indiretamente. Os dez anos de guerra contra o Iraque é o ponto mais à vis-  
ta.

A ampla aliança pró-guerra, que vai da Alemanha à Rússia, da Inglaterra à China, da Índia ao Paquistão, de Israel à Autoridade Palestina (não confundir com o movimento palestino) em torno dos Estados Unidos significa reforçar o domínio do imperialismo e fortalecer o intervencionismo militar das potências. A posição desses governos não corresponde à de seu povo, que não tem acesso aos bastidores dos acontecimentos nem pode influenciar sobre as decisões dos governantes, que apóiam o imperialismo à margem da vontade popular.

Ao contrário, a classe operária dessa aliança pró-guerra, camponeses, estudantes, enfim, as classes e povos oprimidos estão chamados a constituir uma outra frente - uma frente de defesa do Afeganistão e de derrota do imperialismo. Será a luta organizada e de massa dos que trabalham e que suportam todo peso da exploração e da crise que barrará o intervencionismo imperialista.

Pelo fim imediato da guerra.

Fora as tropas imperialistas invasoras do Afeganistão.

Defesa da autodeterminação dos povos.

## Resumo das obras de Guillermo Lora

Apresentamos a seguir um resumo dos livros das obras completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicá-las à sociedade.

### Volume XXII (1980)

Transcrição das partes da coletânea "História do Movimento Operário Boliviano" referentes aos anos de 1947 a 1952. Mos-

tram a demissão massiva (massacre branco) de 1947, o massacre de Siglo XX em 1949, a revolução de abril de 1952, como reagiu a federação dos mineiros aos governos nacionalistas, mostra também como se organizaram os operários fabris através da Confederação dos Fabris, além de outras organizações sindicais.

### Volume XXIII (1980)

Continuação da apresentação da coletânea "História do Movimento Operário Boliviano". Este tomo se refere aos anos de 1952 a 1969. São comentados a formação da Central

Operária Boliviana (COB) e o desenvolvimento das tendências pró-nacionalistas no seu interior. Mostra ainda o golpe de novembro de 64, a batalha de Sora-Sora, as mobilizações de maio de 65, a formação dos sindicatos clandestinos, o massacre de San Juan. Uma menção especial do tomo se refere à homenagem aos mártires operários: César Lora, Isaac Camacho e Júlio César Aguilar.

São também discutidas: a questão do Controle Operário, uma discussão sobre o CODEP (uma das mais fortes frentes de esquerda da história boliviana) e a insurgência toquista na Bolívia.